

VISÕES AMBÍGUAS DE UM BRASIL ESQUECIDO*

Brazil: ambiguous visions of a forgotten country

Hervé Théry*

Resumo

O capítulo consagrado ao Brasil na *Géographie Universelle* de Conrad Malte-Brun, publicada entre 1810 e 1847, é uma fonte preciosa que nos ajuda a reconstituir o passado de um Brasil há muito tempo esquecido. Ele também nos revela o olhar que um europeu culto lançava sobre este mundo para ele remoto e exótico. A imagem que surge desta leitura é ambígua, com julgamentos de valor que podem nos surpreender. No entanto, o texto é notável pela amplitude e pela clarividência, dado o estado ainda embrionário da informação disponível e, portanto, merece uma releitura.

Palavras-chave: Conrad Malte-Brun, geografia histórica, história do pensamento geográfico.

Abstract

The chapter on Brazil in Conrad Malte-Brun's *Géographie Universelle*, published between 1810 and 1847, is a valuable source that helps us to reconstruct the past of a long forgotten Brazil. It also reveals the way an well educated European saw a distant and exotic world. The picture that emerges from this reading is ambiguous, with value judgments that can surprise us. This text is nonetheless notable for its magnitude and vision, given the embryonic state of information available, and deserves a to be re-read

Key words: Conrad Malte-Brun, historical geography, history of geographical thought.

Résumé

Le chapitre consacré au Brésil dans la *Géographie Universelle* de Conrad Malte-Brun, publié entre 1810 et 1847, est une source précieuse qui nous aide à reconstituer le passé d'un Brésil depuis longtemps oublié. Il nous révèle en outre le regard qu'un européen cultivé jetait sur un monde pour lui lointain et exotique. L'image qui ressort de cette lecture ambiguë, avec des jugements de valeur qui peuvent nous surprendre. Ce texte est pourtant notable par son amplitude et sa clairvoyance, étant donné l'état embryonnaire de l'information disponible et mérite donc une relecture.

Palabras-clave: Conrad Malte-Brun, géographie historique, histoire de la pensée géographique.

(*) Prof. Dr. Convidado na Universidade de São Paulo, Directeur de Recherche au CNRS-Creda - Institut d'Haute Études d'Amérique Latine, Université de Paris III, 28, Rue Saint Guillaume, CEP: 75.007 - Paris, França, Tel: (00 33) 01 4439 8671 - hthery@aol.com

INTRODUÇÃO

O capítulo consagrado ao Brasil na *Géographie Universelle* de Conrad Malte-Brun, publicada entre 1810 e 1847, é uma fonte preciosa que nos ajuda a reconstituir o passado de um Brasil há muito tempo esquecido, governado por um Imperador, ainda inexplorado, rural e escravagista, e cujos índios canibais inspiravam medo. Ele também nos revela o que um europeu culto destacava nas informações disponíveis sobre o país, e o olhar que ele lançava sobre este mundo remoto e exótico. A imagem que surge desta leitura é ambígua, com julgamentos de valor que podem nos surpreender. No entanto, é notável pela amplitude e pela clarividência, dado o estado ainda embrionário da informação disponível e, portanto, merece uma releitura.

A Geografia Universal de Conrad Malte-Brun foi publicada entre 1810 e 1847. As seguintes foram publicadas entre 1876 e 1894 (Elisée Reclus); entre 1927 e 1948 sob a direção de Paul Vidal de La Blache e - após a morte deste - por Lucien Galois; e entre 1990 e 1996, sob a direção de Roger Brunet (FERRAS, 1989). Embora Conrad Malte-Brun tenha concebido e redigido a maior parte dos volumes desta Geografia Universal, ele não é o autor deste capítulo, que faz parte do sexto e último volume publicado em 1845-1847, após a sua morte, ocorrida em 1826. A cobertura da 5ª edição, que utilizamos, menciona como “colaborador” Jean-Jacques-Nicolas Huot, que era o editor científico e foi provavelmente o autor principal. Qualquer seja ele, o autor deste texto se apoia em relatos de viajantes, citados em notas de pé de página, (Auguste de Saint Hilaire, La Condamine, Langstadt, etc., e principalmente Mawe, o autor de *Viagens ao Brasil*, 1812, citado como “*Travels in Bresils*”). No entanto, ele de fato faz uma síntese e uma interpretação muito pessoal.

“O Império português na América deve, em certa medida, a sua existência a um erro de Geografia”: após esta introdução que surpreende o leitor que tinha a expectativa de encontrar uma tradicional Geografia descritiva, o texto se faz mais clássico, tratando das tradicionais “gavetas” do conhecimento, do relevo às cidades passando pelos diferentes compartimentos do meio natural e dos recursos econômicos. A subjetividade não está ausente. A apresentação das regiões do país, percorridas uma após a outra, ao longo de um itinerário raciocinado, nos dão visões muito ambivalentes.

Ambivalente igualmente é a descrição dos indígenas, ao mesmo tempo temidos e desprezados, enquanto que outra componente essencial da população, os negros, importados da África como escravos, é quase ausente. Uma omissão surpreendente já que o problema da escravidão era na época uma questão sensível para a sociedade brasileira. E mais estranha ainda considerando que autor não se priva de fazer alguns comentários políticos que revelam claramente as suas simpatias.

COMEÇANDO COM ESTARDALHAÇO

O texto começa com estardalhaço, afirmando que os portugueses devem a posse do futuro Brasil a “erros” - muito provavelmente voluntários - de cartografia: “O império português na América deve [...] a sua existência a um erro de Geografia”, aquela do cosmógrafo Dom Pedro Nuñez e do hidrógrafo Teixeira que “colocaram em seus mapas, o Brasil demasiado a leste, um de 22 graus, e o outro de 12 a 13 graus. Em função deste enorme erro, e talvez um pouco voluntário, os portugueses inseriram uma parte do Brasil no seu hemisfério”.

Esta menção “do seu hemisfério” refere-se ao tratado Tordesilhas, de 1494, que compartilhou o Novo Mundo, recentemente descoberto por Cristóvão Colombo entre espanhóis e portugueses. O texto recupera a sua gênese e mostra como ele transferiu oficialmente uma parte do futuro Brasil aos portugueses: estes eram “descontentes da decisão papal” (a Bula *Inter Cætera* de 1493), que dava por limites aos impérios espanhol e português uma linha de demarcação traçada a cem léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde (o que não os permitia atingir ao continente). “Aproveitaram um momento favorável para arrancar da Espanha concessões mais extensas”, através do afastamento da linha de demarcação para 370 léguas a oeste da ilha mais ocidental de Cabo Verde, “no entanto, (...) sem fixar o valor da légua”.

Para que os portugueses obtivessem realmente a posse do Brasil era de fato necessário tirar todas as vantagens possíveis da indecisão sobre as medidas utilizadas. Os seus diplomatas tinham conseguido tomar como referência apenas uma linha “que não atingia a verdadeira posição do Brasil qualquer seja o valor adotado para a légua, quer fossem léguas castelhanas de 26 por grau quer fossem léguas marinhas de 20, ou mesmo léguas portuguesas de 17 por grau”. A conclusão deste parágrafo é levemente irônica: “os diplomatas foram sempre extremamente hábeis a tudo confundir em Geografia”. E foi necessário o dinamismo dos pioneiros e dos criadores de gado para empurrar a fronteira além - muito além - desta linha e dar ao Brasil a extensão que observaram os viajantes citados por este texto

TOPÔNIMOS E UNIDADES DE MEDIDAS

Seria injusto ler este texto, que tem mais de 160 anos, procurando nele erros factuais. Encontram-se evidentemente alguns, o contrário surpreenderia já que o autor transcreve o que os viajantes, na sua maioria estrangeiros, recolheram de relatos de camponeses e de indígenas vivendo em outro universo cultural que o deles. Estes pequenos deslizes não comprometem a leitura (a não ser o estranho uso da palavra “Reconcevoir” para a tradução da região do Recôncavo baiano), em todo caso menos do que as mudanças nas grafias e nos nomes posteriores à redação. Não é difícil reconhecer Cuyaba (Cuiabá), nem Corritiva que se tornou Curitiba, mas é necessário saber que a Villa do Príncipe é a atual Diamantina, ou que Cidade-de-Nossa-Senhora-do-Desterro chama-se atualmente Florianópolis, em homenagem ao Marechal Floriano, o segundo Presidente da república brasileira (1891-1894).

Outra pequena dificuldade de leitura está nas diversas unidades de medida, que nunca são métricas. Estas, criadas sob a Revolução Francesa, tinham sido abolidas durante a Restauração (1815-1830), restabelecidas após a Revolução de 1830 e o seu uso apenas se tornou obrigatório em 1837. Assim, encontra-se ao longo do texto temperaturas em graus Fahrenheit e Réaumur, pesos em arrobas, “cada um pesando 32 libras”. Os comprimentos e as distâncias são expressas em polegadas, em linhas (e os seus centésimos), em palmos, e mesmo em dias de viagem de carruagem. Observa-se que no primeiro parágrafo, já citado, o autor distingue as léguas castelhanas, marinhas e portuguesas (respectivamente 26, 20 e 17 por grau), para apoiar o seu raciocínio histórico, mas posteriormente não explicita quais ele está usando no próprio texto.

SUBJETIVIDADE

Outra surpresa para o leitor é a expressão clara da subjetividade do autor, ao contrário da neutralidade que os autores contemporâneos esforçam-se em manter, em nome da busca da objetividade. Em 1845 não se tinha estes pudores. No texto, encontra-se oito vezes o adjetivo “pitoresco” bem como outras observações subjetivas, positivas ou negativas: por exemplo, a província de Goyaz (hoje Goiás) é “um bonito país, regado por um grande número de rios cheios de peixes, que atravessam florestas cheias de magníficos pássaros”. A província de Santo-Espírito (Espírito-Santo), no entanto, não agrada ao autor: “Nós a atravessamos sem observar nada de interessante”. Villa-Velha, a sua antiga capital, era “pequena, feia e aberta”. Somos informados que os frutos das árvores locais “embora consumidas pelos habitantes de Rio de Janeiro, têm um gosto desagradável, ligeiramente amargo e resinoso”; que o pau brasil (ou “madeira de Pernambuco”) tem “uma desagradável aparência”, ou ainda que “o Europeu é incomodado com a presença dos morcegos, grandes e numerosos”.

A descrição das cidades é caracterizada por esta mesma subjetividade. Na cidade do Rio de Janeiro, o aqueduto é o “mais magnífico do Novo-Mundo”, em Campos “as casas são limpas e bonitas”, “São Francisco está numa posição charmosa”. Em Ouro Preto, observa que a população caiu “a um terço do que possuía na época em que as minas de ouro estavam no auge de sua riqueza”;



“tem ruas irregulares, íngremes e mal pavimentadas, mas diferentes pelos charmosos jardins em terraços, e com bonitas fontes [...] Todo o distrito é uma área agradável, cortado de vales pitorescos recobertos por magníficos prados, e circunscrito por florestas virgens pelo lado do Oceano”. “Quanto à beleza dos edifícios públicos, Bahia pode passar como a principal cidade do Brasil”, enquanto que Olinda “é mal construída, mas [suas] ruas são entrecortadas por jardins aprazíveis”.

Esta subjetividade é também marcada por observações que detalham a vida dos grupos sociais mais ricos, frequentados pelos viajantes europeus em suas estadias no Brasil. Observa-se que em Minas Gerais “os empregados do governo, ricamente assalariados, participam da melhor sociedade do Brasil”. Em Salvador “a cidade alta é residência das pessoas ricas; o nível da sociedade torna-se mais elevado e mais alegre do que no Rio de Janeiro”. Na mesma ordem de idéias, o texto mostra o efeito civilizador da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro durante as guerras napoleônicas. Além da nobreza ele trouxe os seus fornecedores, instituições como a biblioteca, o jardim botânico, etc.: “A doçura dos costumes, a galhardia das mulheres, a grandiosidade das procissões, tudo faz do Rio de Janeiro uma cidade da Europa meridional”.

UM INVENTÁRIO E AS SUAS “GAVETAS”

O corpo principal do texto é “uma descrição” (como indica claramente seu título) que abre, uma por uma, as clássicas e sucessivas “gavetas” do conhecimento: relevo, clima, minérios, flora, fauna, administração. Depois ele percorre o país, província por província, de acordo com um trajeto que começa pela capital, Rio de Janeiro, continua para o Sul, depois sobe para o Norte ao longo da costa, voltando pelo interior de Minas Gerais e Goiás (então escrito Goyaz) e termina em Mato Grosso (figura 1). Conclui com considerações sobre “os indígenas do Brasil” e as suas línguas, depois trata da situação política do país e termina com quadros estatísticos, destacando-se o que apresenta a população das Províncias em 1830.

INCERTEZAS E DESCOBERTAS TOPOGRÁFICAS

Uma das provas mais evidentes que o conhecimento do país era ainda iniciante é a incerteza sobre a topografia mais elementar, a começar pelas altitudes: “O principal núcleo das montanhas parece encontrar-se ao norte de Rio de Janeiro, em direção as nascentes do rio São-Francisco”; uma das províncias é atravessada por “montanhas acidentadas, de norte a Sul, que tem a fama de ser as mais elevadas do Brasil”.

Neste domínio, pode-se observar que o texto comete o erro que custará à França, em 1900, a perda de um vasto território reivindicado ao mesmo tempo por ela (a título da Guiana francesa) e pelo Brasil. Paul Vidal de la Blache, encarregado de defender a causa francesa, tinha fundado a sua argumentação sobre uma fronteira natural, “a serra chamada Tumucumaque”, mencionada no texto. A fraqueza do raciocínio estava no fato de que esta “serra”, que figura então sobre todos os mapas como uma verdadeira cordilheira, tem de fato apenas a modesta altitude de 830 metros.

A ignorância não é, contudo, total, e o texto reserva algumas surpresas, como uma chapada distante, no Mato Grosso, que é melhor descrita do que as montanhas costeiras. Trata-se “da Chapada do Parexis” (a atual Chapada dos Parecis), no extremo Oeste do país, na fronteira boliviana: “projeta para oeste as colinas escarpadas que levam o mesmo nome, e que, após ter percorrido 200 léguas para o norte-noroeste, acabam a 15 ou 20 léguas do rio do Guaporé”.

Na mesma região, o ritmo das cheias do Pantanal é bem descrito, mesmo se ele ainda é conhecido sob o nome de “Lago de Zarayes”, com conotações míticas (COSTA, 2007). O texto já destaca que “toda região é anualmente inundada, de modo que num espaço de 100 léguas de comprimento e 40 léguas de largura, as águas que ultrapassam as margens do rio se apresentam como um imenso lago [...] Durante esta inundação, as montanhas e os terrenos elevados parecem aos olhos encantados como ilhas que dividem um labirinto de canais, baías, curvas e bacias”.



Figura 1 - O percurso da descrição regional

Como se vê, a precisão da descrição não impede certo lirismo e a expressão literária pode mesmo ser feliz na escolha das palavras. Assim, para caracterizar a topografia que qualificamos hoje de relevo “em meio-laranjas”, o autor descreve: “uma longa sequência de colinas de areia e de terra móvel, que se apresentam de longe como as ondulações do mar agitado”. Neste caso, ele prefigura o “mar de morros”, a expressão que o geógrafo brasileiro Aziz Ab’Saber utiliza para caracterizar a mesma região.

CLIMA E VEGETAÇÃO

A diversidade dos climas é conhecida, mas a sua análise é fundada em observações pontuais e curtas, de alguns meses no máximo. Esta análise é objetiva, “a teoria dos climas” não é citada, a não ser para refutar.

O famoso sistema sobre a influência dos climas está fortemente comprometido pelos fatos que a América meridional oferece à nossa atenção: um povo suave e fraco habitava entre frias montanhas do Peru [enquanto que] um povo feroz e intratável vagueava sob o sol escaldante do Brasil.



Não se evita, contudo certo preconceito em relação as regiões temperadas: “Sob um céu temperado, o solo é tão produtivo que se poderia chamar o Rio Grande [do Sul] de celeiro do Brasil”. O preconceito parece mesmo distorcer ligeiramente a realidade, “a temperatura nos arredores de São Paulo permite o desenvolvimento dos frutos da Europa; as cerejas são abundantes aqui. Este lugar parece oferecer o melhor clima de todo o país”. Isto surpreende um observador do século XXI, porque a cidade de São Paulo é situada sobre do Trópico, e atualmente o Brasil não produz mais cerejas (ele as importa do Chile). Isto vale também para outro fruto, o texto indica que “os pomelos (pamplemousses) [...] são comuns na costa”, o que não é mais o caso de hoje, ao ponto do fruto ser raro no Brasil, pois o seu gosto amargo não é apreciado. Do mesmo modo, surpreende-se ao ler que “o cacau forma florestas imensas na província do Pará, ao longo do Madeira, do Xingu e do Tocantins”. Esta floresta desapareceu, ou era um dos mitos que um conhecimento mais completo da região dissipou?

O clima tropical aparece então, ao mesmo tempo, como uma vantagem, que favorece a produção de gêneros desconhecidos em latitudes moderadas, mas também como um obstáculo ao desenvolvimento de plantas e animais familiares aos colonos europeus. O texto ressalta ainda que “os bois e os cavalos não prosperam na maior parte do Brasil, eles permanecem geralmente fracos”. Aqui também a observação surpreende, pois se sabe que o Brasil atualmente dispõe do maior rebanho bovino do mundo. A explicação é que os criadores brasileiros procuraram na Índia, no início do século XX, reprodutores zebus para desenvolver linhagens melhor adaptadas ao clima tropical.

A visão ambivalente sobre o clima se observa na descrição das florestas, que apresentam aspecto bem diferente das europeias: “As florestas do Brasil são obstruídas por matos e arbustos [...]: são asfixiadas em certa medida por arbustos com muitos ramos e cipós que sobem até o topo das árvores mais elevadas”. Mas ao mesmo tempo o autor observa que “é nesta região que se encontra estas florestas virgens e quase impenetráveis que prosperam sob a influência de um calor intenso, de chuvas diárias e de grandes inundações”. O texto reconhece o valor das madeiras que são extraídas:

As madeiras para mastro e carpintaria são exportadas em quantidade para a Europa. A frota da marinha real de Portugal é construída com madeira brasileira [...] vende-se mesmo aos ingleses, que a preferem. As construções navais custam aqui menos da metade do que custariam na Inglaterra.

A riqueza que se pode esperar das espécies tropicais é uma preocupação bem presente, especialmente com relação ao jardim botânico do Rio de Janeiro que é “mantido com maior cuidado, sendo um dos mais importantes que se possa citar; nele se adaptou um grande número de plantas exóticas cuja cultura, espalhada no Brasil, tornar-se-á um dia uma fonte de riqueza para o país”. Estas esperanças eram justificadas e são de fato espécies importadas pelo Brasil (se bem que nem todas passaram por este jardim) que o fizeram dele uma potência agrícola, ou mesmo “a fazenda do mundo” como dizem hoje muitos observadores: cana de açúcar, café, laranjas, soja, etc.

UMA GEOLOGIA PRÁTICA

O conhecimento estratigráfico era muito limitado, assim como o conhecimento das rochas. Ainda se estava inventariando as mais úteis, destacando um “granito branco próprio para fazer pedras de moinho”, ou uma “Serra das pedras de amolar” Nesta perspectiva muito pragmática, o primeiro recurso mencionado é o diamante: “O quadro das produções do Brasil começa necessariamente pelo diamante”, embora algumas reservas sejam feitas, “se acredita que os diamantes do Brasil tenham menos dureza que os das Índias orientais”, e “é [...] a opinião geral do lapidadores que os diamantes do Brasil têm menos pureza ”.

Foi necessário algum tempo para admitir que a Índia não tinha mais o monopólio dos diamantes:

o território dos diamantes [...] primeiramente foi explorado por alguns mineiros empreendedores da Vila do Príncipe, que, se ocupavam unicamente do ouro, desprezando por muito tempo os diamantes, como cristais sem valor. Por último apresentou-se uma porção destes cristais ao governador da Vila do Príncipe, que, também não tinha conhecimento e as usou como fichas de jogo. Levados por acaso à Lisboa, foram entregues ao embaixador da Holanda para que o fizesse examinar em seu país, que era então o principal mercado de pedras preciosas. Os lapidadores de Amsterdam os reconheceram como os mais bonitos diamantes.

Rico em diamantes e ouro, sua outra grande riqueza, o Brasil apresenta, no entanto, carências, principalmente de sal, indispensável para conservar a carne e transportá-la sob a forma de charque e alimentar as minas e as cidades do litoral. Para os leitores franceses do século XIX, que têm a mesma preocupação de salgar as carnes para o inverno, é compreensível, como são os conflitos nascidos da luta para o controle das jazidas de sal:

“neste reino do ouro e dos diamantes falta o sal, e o custo desta substância necessária impede aos habitantes salgar as carnes [...]. O sal necessário para a salga custaria três vezes mais do que a carne”, ou ainda “um lago situado sobre o Xacurutina [...] produz uma grande quantidade de sal [que] é um contínuo motivo para a guerra”.

Da mesma maneira, as lembranças ainda estão bem presentes do peso do imposto e do monopólio real do sal. Isso ajuda a compreender um doloroso paradoxo, “não é que a natureza não produza muito sal marinho no Brasil [...] existe aí tanto quanto possa se carregar nas embarcações, mas o comércio do sal é proibido aos particulares, e cedido por 48 milhões de réis”. A mesma visão pragmática encontra-se quando se trata de um dos mais graves obstáculos à ocupação e o desenvolvimento do país, a sua insalubridade.

MIASMAS

Esta questão preocupa muito o autor, e pode-se compreendê-lo quando se sabe que, uma vez passado o encantamento diante da exuberância da natureza tropical, os Europeus perceberam que corriam o risco de serem vítimas de doenças desconhecidas e frequentemente mortais. Malária, febre amarela, dengue, doença de Chagas, e outros ainda, dizimavam os que tentavam se estabelecer nas regiões quentes. Foi necessário chegar ao fim do século XIX, para que os médicos, entre os quais o mais conhecido foi Oswaldo Cruz, provassem que os vetores destas doenças eram insetos (principalmente os mosquitos) e não os “miasmas” que até então, acreditavam-se que emanassem das regiões pantanosas.

O texto apresenta numerosas menções a estes perigos, e às causas atribuídas a estas doenças: “é nessa época que os ventos de oeste tornam-se insalubres ao Brasil”; “Pison diz que o vento de oeste é insalubre no interior do Brasil, porque compreende áreas com vastas florestas pantanosas”; “os arredores [de Santos], frequentemente submergidos por fortes chuvas, [são], por conseguinte insalubres”; Belém “é situada num terreno baixo e insalubre”.

Para remediar, as únicas soluções eram estabelecer as cidades em sítios menos expostos aos miasmas, seja sob a influencia das brisas marinhas (“São Luís do Maranhão [...] não é insalubre, apesar da sua posição vizinha ao Equador: a sombra das florestas e as brisas de mar moderam o calor”), seja porque o vento traz odores benéficos. O texto se apoia na autoridade de Doria, “acadêmico de Lisboa”: “este ar insalubre apenas é mal corrigido pela quantidade de plantas aromáticas cujo odor suave se faz sentir à 3 ou 4 léguas do mar, quando o vento o leva”. Esta idéia, que hoje nos parece absurda, era então amplamente admitida, ela ainda era vigente durante a epidemia de cólera que devastou a França à mesma época, em 1832, e que conta o romance de Giono, *Le hussard sur le toit*.



Outra solução proposta era suprimir as florestas, que conservavam uma umidade julgada nociva, o que conduz o autor a uma conclusão que hoje parece estranha: “então é necessário admitir que os desmatamentos do interior melhoraram o clima”. Porém já se sente que a observação atenta das circunstâncias de certas epidemias pode levar a suspeitar outras causas, e a imaginar soluções mais adequadas:

A posição baixa da cidade e a sujeira das ruas, onde frequentemente se deixam acumular águas estagnadas, tornava a estadia insalubre, em certas estações, e os barcos negreiros introduziam frequentemente doenças contagiosas; uma melhor fiscalização remediou à todos estes inconvenientes.

AS CIDADES

Estas dificuldades são uma das explicações de um fato que surpreende qualquer conhecedor do Brasil de hoje, com as suas metrópoles gigantes: as cidades da época eram pequenas, somente a antiga e nova capital, Salvador de Bahia e Rio de Janeiro, excediam então 100.000 habitantes (tabela 1 e figura 2). A maior parte das outras tinham menos de 20.000, incluindo São Paulo, que tem hoje 18 milhões.

Com base nas informações dadas pelo texto pode-se arriscar a calcular uma taxa estimada de urbanização, comparando a população das cidades com a das Províncias das quais fazem parte. Ela é somente em torno de 24% nas províncias que contêm as duas capitais citadas, próxima de 20% nas que contêm cidades mais consolidadas (Recife, Belém, Cuiabá), e na maior parte é inferior à 10% (figura 3).

Tabela 1 - As populações das cidades

CIDADE CITADA	População mencionada
Rio de Janeiro	140 000
São Salvador / Bahia	120 000
Cidade do Recife / Pernambuco	60 000
Cuiabá	30 000
Cidade de São Luís ou Maranhão	25 000
Belém	20 000
Alagoas / Maceió	18 000
São Paulo	18 000
Cachoeira	16 000
Porto Alegre	15 000
Ouro Preto / antiga Villa Rica	9 000 / 10 000
Aracaty / Aracati	9 000
Cidade de São Christovão/Sergipe	9 000
Goiás antiga. Villa Real	8 000
Santos	7 000

AMBIGUIDADES DAS PARTICULARIDADES REGIONAIS

Além do inventário das populações das províncias, o autor não se priva de dar aos leitores a sua opinião sobre os seus habitantes. O resultado é às vezes surpreendente quando ele esboça comparações com os habitantes de províncias francesas ou estrangeiras: “O habitante da campanha de Rio Grande se assemelha aos nossos bons agricultores da Beauce; mas se parece ainda mais com

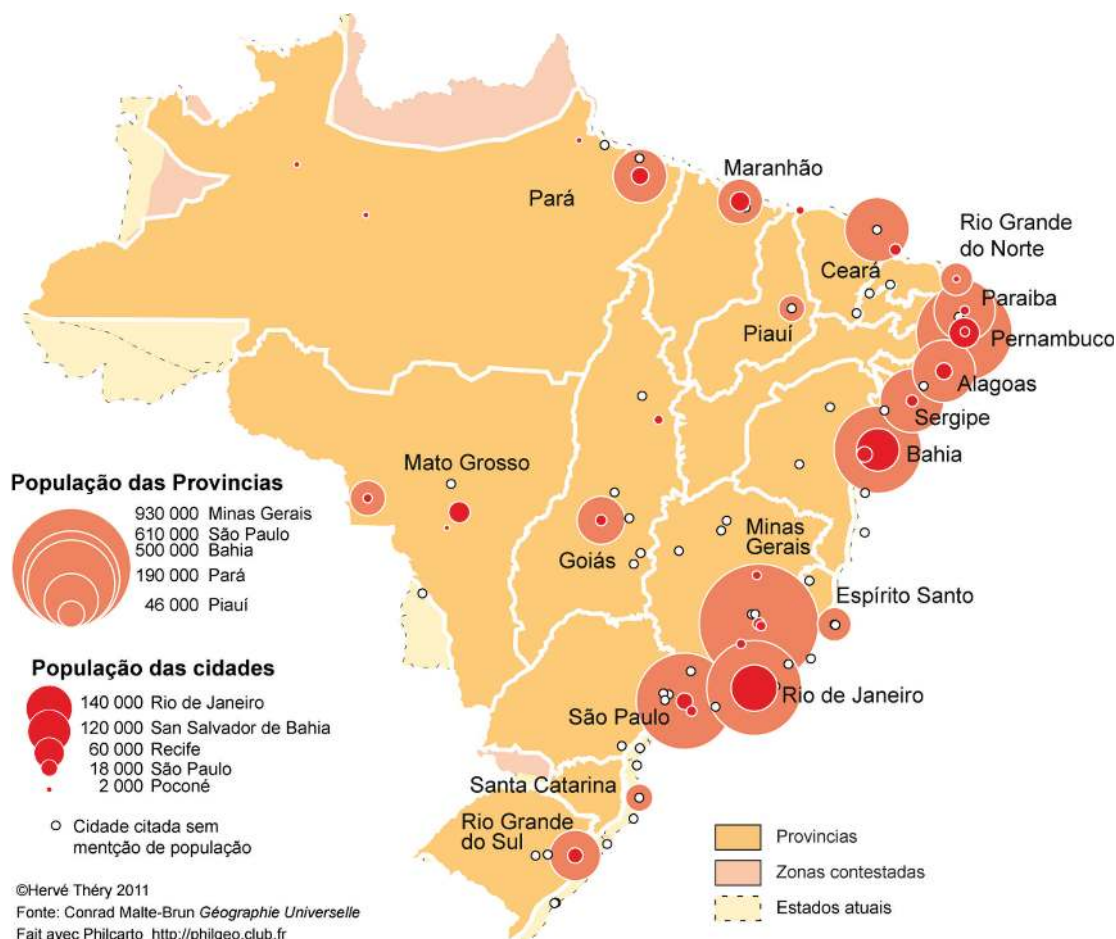


Figura 2 - População das cidades e das províncias

o Beduíno e o Tártaro. Bem feito e robusto, está feliz apenas a cavalo, quando lança as bolas ou o laço contra uma novilha selvagem”. De fato, os habitantes da Beauce caçam raramente novilhas selvagens a cavalo...

Não vê com bons olhos a Província de Minas Gerais, em função da incapacidade dos habitantes de valorizar os recursos da sua região, além do ouro e diamantes:

A cultura e a indústria estão atrasadas. A uma légua do lugar onde se encontra terra para a mais fina porcelana, existe apenas uma medíocre fábrica de cerâmica. Todos os frutos e os grãos da Europa, o cânhamo e o linho certamente se desenvolveriam, mas eles negligenciam estas culturas; a uva dá aqui um vinho muito bom, no entanto se prefere beber água nos arredores das mais ricas minas de ouro e de diamantes, do que cultivar a vinha de forma conveniente. Os animais de chifres são obrigados a procurar, eles mesmos, o seu alimento nos campos, e frequentemente morrem de fome ou calor; os habitantes mal sabem ordenhar as vacas. Algumas cascas de árvores servem para tingir de amarelo, vermelho, preto, ou para curtir e preparar couros e peles; mas os habitantes não gostam de se ocupar disto.

A Província de São Paulo é melhor tratada, embora seja “uma região onde não é agradável viajar”, sem dúvida porque ela, ao contrário, é muito ativa:

a agricultura atesta que houve grandes progressos da civilização. [...] Os jardins de São Paulo são arranjados com muito gosto, e frequentemente com uma elegância muito específica. Há muito luxo [...] em São Paulo; a civilização aqui é mais avançada, mais espalhada e mais geral do que nas outras cidades.



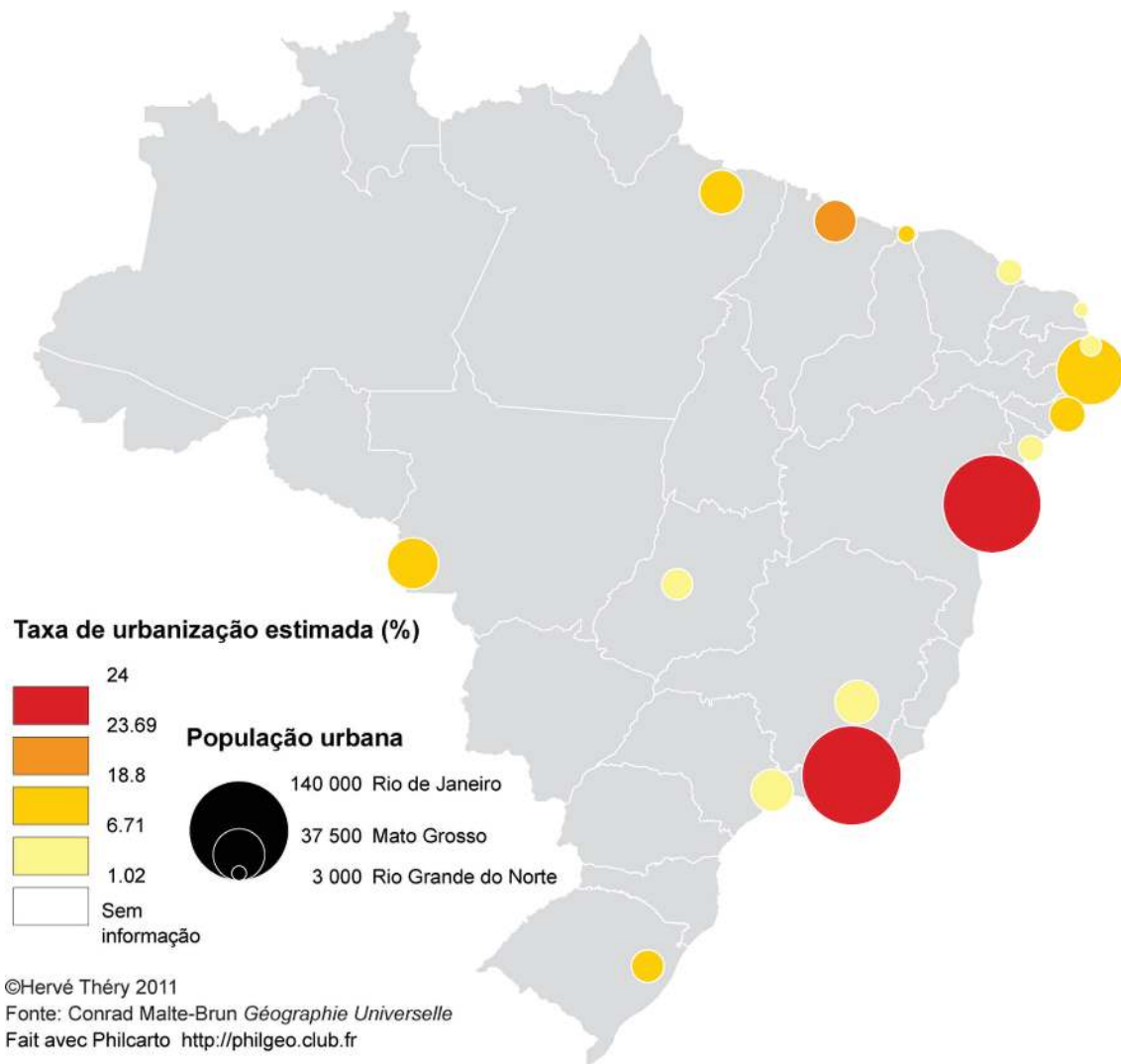


Figura 3 - Taxa estimada de urbanização

Contudo, é difícil comparar a imagem da cidade de hoje com a que se fazia dela há pouco mais de um século e meio:

A cidade de São Paulo é situada sobre uma colina agradável, cercada pelos três lados por prados baixos, e banhada por pequenos riachos muito claros que quase formam uma ilha na estação chuvosa, e vão se reunir no belo rio de Tietis ou Tietê. O clima é um dos mais sadios de toda a América meridional.

O autor tem uma opinião tão boa sobre São Paulo que sente necessidade de defendê-la contra as críticas que lhe são feitas, sem bases sérias ao seu ver.

A posição isolada de São Paulo e as dificuldades que o governo cria para as viagens ao interior são as causas da cidade ser raramente visitada por estrangeiros, cuja aparição é mesmo vista como um acontecimento. De lá vêm também, sem dúvida, as legendárias descrições sobre a ignóbil origem dos paulistas e o seu caráter selvagem.

Pode-se supor que se trata aqui de uma alusão aos Bandeirantes, exploradores e caçadores de escravos, cujos itinerários são evocados a propósito do Taquari “bonito rio frequentado todos os anos por flotilhas que vêm de São Paulo para Cuyaba”. Estes tinham uma reputação de ferocidade, justificada pelo tratamento ao qual submetiam os indígenas que perseguiam para reduzi-los a

escravidão. De acordo com o autor, “estes relatos divulgados pelos Jesuítas do Paraguai, hoje são totalmente contestados por um esclarecido membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, Frei Gaspar da Madre de Deus”. Ele rebate a idéia da cidade ter sido fundada “por um bando de aventureiros espanhóis, portugueses, mestiços e mulatos que fugiam de diversas partes do Brasil para formar aqui uma república de bandidos”. Este eminente acadêmico restabelece a primazia, na fundação da cidade, “dos indígenas de Piratininga e Jesuítas” e “nega que os paulistas tenham jamais vivido de latrocínios”. A altivez do seu caráter, diz o autor, a delicadeza dos seus sentimentos, a sua susceptibilidade do ponto de vista da honra, sua honestidade, a sua atividade, o seu espírito público, não poderia ser uma herança transmitida por inúteis e vagabundos. E o texto conclui esta discussão com um argumento que lhe parece decisivo: “Há cerca de um século, um dos seus governadores, nobre de nascimento, tinha tido um envolvimento com uma filha de um artesão. A cidade inteira abraçou a causa da jovem e o governador foi obrigado reparar a sua honra casando-se com ela”.

Pode-se não ficar totalmente convencido, mas não se pode contestar o papel atribuído aos paulistas na formação do território brasileiro:

Entre todos os colonos do Brasil, os paulistas se destacaram outrora pelo seu espírito empreendedor, audacioso, infatigável, e por este entusiasmo para as descobertas que antigamente distinguia os portugueses entre as nações da Europa. Em vez de cultivar pacificamente o seu belo território, eles percorreram o Brasil em todas as direções. Traçaram novas estradas através de florestas impenetráveis, levando consigo suas provisões; não se deixaram parar nem pelas montanhas, nem pelos rios, nem pelos desertos, nem pelos nativos antropófagos que por toda parte lhes disputavam o terreno. É aos paulistas, sobretudo, que se deve a descoberta de todas as minas, principalmente as mais ricas, que não deixaram o governo retirar deles sem queixas nem sem oposição. Hoje ainda é de sua energia que depende a segurança do Brasil ocidental.

UMA VISÃO IGUALMENTE AMBÍGUA SOBRE OS INDÍGENAS

O texto raramente reconhece que os primeiros habitantes do país eram os indígenas, mas lhes reserva assim mesmo a denominação de “brasileiros”. Por exemplo, a propósito da língua Tupi-Guarani, ele diz era “habitualmente designada pela denominação de língua brasileira”. Contudo observa que

algumas das numerosas tribos concentradas outrora sobre as margens férteis do Paraguai foram dispersas ou aniquiladas pelos espanhóis e paulistas portugueses; outras, com a aproximação dos usurpadores estrangeiros, retiraram-se para regiões menos favorecidas pela natureza.

Esta retirada forçada para as regiões afastadas não se fez sem luta, nem sem coragem, porque “apesar da grande desigualdade de armas, os brasileiros jamais recuaram”. “Brasileiros” aqui é a designação dada aos indígenas. No entanto, algumas linhas mais abaixo, eles são apenas chamados de “indígenas do Brasil” considerando “principalmente a força do corpo e a ferocidade”.

O tema da valentia e da coragem reaparece em numerosas ocasiões, mas não sem ambiguidades. Algumas vezes esta coragem é admirada sem restrições, e tratando do Goitacazes, o autor escreve

os habitantes das regiões de Ouetacazes [...] são tão valentes [...] que preferem a morte à vergonha de ser vencidos. É-lhes impossível viver um só momento na escravidão: nenhuma nação brasileira (sic), nem mesmo européia, pode se vangloriar de os ter vencido.

Em outro momento o autor deixa claro que a sua preferência (ou a dos autores que cita e nos quais se apoia) vai a povos mais dóceis:



Os Carigais, os mais pacíficos indígenas, [...] os Petivares [Potiguares], no nordeste do Brasil, são hospitaleiros e agricultores. Os Mologagos [...] assemelham-se, dizem, aos Alemães, pela brancura da pele e elevada estatura.

Outros, em contrapartida, têm má reputação:

Mais ao oeste, residem selvagens chamados Bougueres, que perturbam às vezes a paz das habitações mais recuadas. [...] A Baía de São Francisco é rica e povoada em todo o seu entorno; mas os habitantes não podem se expandir para o interior das terras por temor aos indígenas, que pilham as propriedades situadas mesmo às portas da cidade”

O seu ponto de vista é, portanto, claramente o dos brancos que procuram ocupar o território, e que temem ainda revoltas sangrentas como a que Belém conheceu, no dia 14 de abril de 1835. Neste dia, a cidade

se tornou o teatro de uma carnificina horrível na qual os brancos que não puderam refugiar-se nos navios estrangeiros e nacionais que se encontravam no porto, foram massacrados. Um grande número de casas também foi queimado e pilhado.

Este temor traz de volta os antigos terrores, os dos selvagens canibais, que já mencionavam os navegadores do século XVI: “Os Pourys [...] lutam ainda contra os portugueses, e, de acordo com um testemunho ocular, devoram os seus prisioneiros após tê-los assado”. Os debates da mesma época entre colonos e padres prosseguem:

Os portugueses só falam com temor dos naturais do Brasil, que designam geralmente sob o nome de antropófagos: contudo os Jesuítas, a força de aplicação e paciência, tinham conseguido torná-los sociáveis, bons, meigos e dóceis como crianças.

Mas estes indígenas aculturados não têm graças aos olhos do autor, que os chama de “meio-civilizados”. Apoiado no relato de Mawe, ele escreve:

Eles habitam as florestas, e levam uma vida extremamente miserável, sobrevivendo unicamente de raízes, frutos selvagens e produto de sua caça [...]. eles comem as carnes quase cruas, dando-se somente ao trabalho de depenar ou esvaziar as aves de capoeira. Amam com paixão os licores alcoólicos, sendo perigoso lhes oferecer. De resto, não mostram nenhum humor brutal, mas têm uma grande aversão para o trabalho do campo. Raramente vê-se um deles servindo na qualidade de empregado doméstico, ou a se dedicar a um trabalho assalariado. O ouro e as pedras preciosas, que abundam na região não têm nenhuma atração para eles.

Para isto, duas soluções são propostas, a firmeza e a doçura.

uma proclamação feita por Dom Pedro os convidou a se reunir em aldeias, e a se fazer cristão. Ele lhes ofereceu a proteção do governo com o gozo completo dos direitos e privilégios dados aos seus outros súditos: no caso de recusa, eles são ameaçados de uma guerra de exterminação.

Ou ainda:

esta nação, anteriormente inimiga implacável dos portugueses e de todos os outros povos da Europa e do Brasil, conserva ainda no presente a sua total independência, embora num estado de amizade perfeita com os seus vizinhos, os habitantes do distrito de Campos dos Ouctacazes na província de Minas-Gerais. [atualmente Campos dos Goitacazes – RJ]. A doçura e a generosidade conquistaram estes corações que enfrentavam a morte.

Ambiguidade ainda, não tão diferente da vivida em outros países, à mesma época, ou com algumas décadas de atraso, face as minorias indígenas dos Estados Unidos, da Austrália ou da Argentina.

OS GRANDES AUSENTES, OS PRETOS

Se os indígenas eram vistos de forma ambígua, suscitando reações que vão do terror ao desprezo, no entanto, eles foram mais bem tratados do que um outro grupo. Apesar de muito mais numerosos e importantes na economia do país, os negros, escravos ou livres, estão praticamente ausentes do texto.

Eles só aparecem uma vez, no momento da descrição de Ouro Preto, que diz que ela tem “de 9 à 10.000 habitantes, entre os quais tem mais brancos que negros”. Algumas vezes, eles estão presentes no texto pela sua ausência. Por exemplo, a conclusão ressalta: “tudo nos leva a admitir que o Brasil têm 5.340.000 habitantes, dos quais mais de um milhão de portugueses”, o que nos induz a perguntar quem são os outros. O quadro final é mais explícito quando aponta um numero superior a dois milhões “de Pretos” (Tabela 2) e menciona para a província de Minas-Geraes “900.000 habitantes, dos quais 200.000 de cor”.

Tabela 2 - Os negros enfim visíveis

POPULAÇÃO POR RAÇA	
Português	1.347.000
Negro	2.017.000
Mestiços	1.748.000
Índios	228.000
Total	5.340.000

A palavra “africana” aparece apenas duas vezes. Quanto a “transmigração de algumas povoações africanas” é evocada indiretamente a propósito da vegetação: “sobre trinta plantas recolhidas em Benguela e em Angola na África, apenas uma não conseguiu se desenvolveu nos arredores do Rio de Janeiro”. Uma segunda vez, em uma nota de pé de página: “eis as palavras brasileiras que apresentam analogias com os idiomas africanos”, sem mencionar numerosas palavras extraídas das línguas africanas passadas diretamente para o português do Brasil (bunda, cafundó, cafuné, cachaça, dendê, fubá, moleque, etc.).

Outras rápidas menções, no entanto mostram o negro no trabalho, aqui e acolá, em uma descrição, mas sem falar de escravidão:

Quando um dos jornaleiros negros empregados na lavagem encontra um diamante de um octavo ou de 17 quilates e meio, ele é coroado com flores e conduzido em procissão ao administrador, que lhe veste de roupa nova e lhe dá a sua liberdade.

Esta única menção de liberação permite adivinhar que este “jornaleiro” era um escravo. Da mesma maneira a insalubridade de suas condições de trabalho (estima-se que a esperança de vida de um escravo, uma vez chegado ao Brasil, era em média de sete anos) é evocada apenas indiretamente: “parece mesmo que a planta [indigo] de onde se tira [a tintura] possui qualidades venenosas, dado que os negros que preparam as folhas caem facilmente doentes”. Aqui ainda é necessário ler “nas entrelinhas” o que o texto não diz, como quando ele menciona que o tabaco de Bahia “forma uma parte essencial da carga das embarcações que querem trocar por ouro, marfim, borracha e óleo em vários lugares da Guiné e da África em geral”: no comércio com o Brasil, sabe-se que o tabaco



servia principalmente de moeda de troca por escravos africanos, bem mais do que pelas mercadorias citadas, de pouca demanda no país.

Provavelmente o autor não quis condenar a escravidão, que na época não era ilegal nas possessões ultramarinas francesas, a sua abolição definitiva datando somente de 1848. Pelo menos, ele evita qualquer conotação racista, com exceção da que, curiosamente, põe na boca de populações indígenas, no caso o Botocudo (Boutocoudys): “eles têm, sobretudo um ódio implacável contra os negros, que de início viam como uma espécie de grandes macacos, e que comiam com um especial apetite.”

ESPERANÇAS POLÍTICAS PROJETADAS SOBRE UM MUNDO REMOTO

O capítulo termina por lamentar a incapacidade de definir a natureza do novo regime político do país: “gostaríamos de ter terminado esta descrição rápida e imperfeita de um país ainda mal conhecido, com algumas noções sobre as forças políticas do novo império das quais é a sede. Mas ainda faltam materiais completos e autênticos”.

Menos que de informações certas, ao autor parece carecer de pontos de referência em face de este regime híbrido, ao qual os critérios europeus mal se aplicam. O regime é descrito como uma monarquia constitucional, onde a Constituição de 25 de março de 1824 - e sente-se aqui uma ponta de desejo - “consagra a liberdade individual e religiosa, o livre exercício da indústria e a liberdade limitada da imprensa”. Relata a crise de 1831, que levou à abdicação Pedro I, que tinha tentado reforçar os seus poderes, e teve que abdicar em prol do seu filho. Este chegou ao poder (oficialmente pelo menos) sob o nome Pedro II em 1840, com 15 anos, se bem que a natureza do regime fosse mais difícil ainda definir no momento da redação de seu texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do supramencionado só restava a Jean-Jacques-Nicolas Huot (nisto fiel à memória de Conrad de Malte-Brun, que deixou a sua Dinamarca natal pela França revolucionária e napoleônica), prever para o Brasil um regime mais democrático:

Mas não se deve pressentir que os destinos do Brasil serão, cedo ou tarde, colocados em questão? O exemplo das repúblicas do Uruguai, do Rio da Prata, da Bolívia, do Peru e da Colômbia, que, ao sul, ao oeste e ao norte limitam este império, deve agir sobre o espírito dos brasileiros; eles desejarão talvez evitar que um dia o seu jovem imperador, como fez seu pai, tenha a temeridade de afastar-se da adesão do público para procurar um apoio incerto na força das baionetas: então ver-se-ia o povo deste novo império erigir as suas províncias em Estados confederados. As monarquias constitucionais estabelecer-se-ão um dia em toda a Europa; o Novo Mundo parece ser o domínio dos governos republicanos.

As convicções republicanas de Malte-Brun são assim retomadas pelo seu sucessor, que transfere para a remota América do Sul as esperanças republicanas, então tão tênues em uma Europa dominada pelas monarquias oriundas do Congresso de Viena. Nisto também este texto é atual, anunciando épocas mais recentes onde a figura, um tanto mítica de Lula (após a de Che Guevara, ao lado das de Evo Morales ou Hugo Chavez), consola os militantes esquerdistas desiludidos pela persistência no poder, na Europa, de regimes que julgam reacionários. Decididamente, o Brasil - mais ainda que os seus vizinhos - não cessa de servir de espelho à Europa, de alimentar os seus sonhos exóticos e de renovar a sua imagem, para o melhor e para o pior.

NOTAS

(*) Texto traduzido, do original em francês, por Maria Clélia Lustosa Costa (UFC).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- COSTA, Maria de Fátima. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. **Revista do IEB**, n. 45, p. 21-36, set 2007, <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rieb/n45/a03n45.pdf>, consulté le 13/12/2009
- Conrad Malte-Brun. http://fr.wikipedia.org/wiki/Conrad_Malte-Brun, 16/11/2009
- FERRAS, Robert. Les Géographies universelles et le monde de leur temps. **GIP Reclus**, 1989.
- GODLEWSKA, Anne. L'influence d'un homme sur la géographie française: Conrad Malte-Brun (1775-1826)". **Annales de Géographie**, 1991, Volume 100, Numéro 558, p. 190-206.
- MALTE-BRUN, Conrad. **Précis de la géographie universelle ou Description de toutes les parties du monde sur un plan nouveau d'après les grandes divisions naturelles du globe**. T. 6, au bureau des publications illustrées (Paris), 6 vol.: fig., dépl.; in-8, 5e édition 1845-1847. Collaborateur: Huot, Jean-Jacques-Nicolas (1790-1845), Bibliothèque nationale de France, <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb37309723m/description> <http://gallica2.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k364782>, consulté le 13/12/2009.

Trabalho enviado em julho de 2011

Trabalho aceito em agosto de 2011

